



**RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
LOCAL DE EDUCAÇÃO**

Relatora: Deputada Teresa Damásio

XI Legislatura

Palácio de S. Bento - Julho/2010

Índice

1. Introdução	3
2. Enquadramento Legal	4
3. Actividades da Relatora	6
3.1. Conferência Parlamentar: “Perspectivas e Realidades da Aplicação da Lei da Administração e Gestão Local da Educação: A Internacionalização dos TEIP – O caso da França”	6
3.2. Visitas às Escolas.....	11
3.3. Audição Pública – “Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”:	12
4. Conclusões e Recomendações	15
5. Anexos	17

1. Introdução

No âmbito das actividades da Comissão de Educação e Ciência (CEC) sobre a Administração e Gestão Local de Educação, foi apresentado um Plano de Actividades, que se cumpriu na íntegra, tendo sido nomeada a Deputada Teresa Damásio como Relatora do Relatório que ora se apresenta.

A Comissão de Educação e Ciência apresentou o seguinte Plano de Actividades:

- **Março de 2010** – Reunião preparatória com o Embaixador da França e com a Adida, Madame Fabienne, para organizar a conferência sobre as escolas TEIP.
- **Abril de 2010** - Conferência Parlamentar: “Perspectivas e Realidades da Aplicação da Lei da Administração e Gestão Local da Educação: A Internacionalização dos TEIP – O caso da França”
- **Mai de 2010** – A Realidade nas Escolas e nos Municípios - Realização de visitas dos Deputados membros da Comissão.
- **Junho de 2010** – Realização de Audição Pública – “Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”.
- **Julho de 2010** – Publicação do Relatório.

Tendo sido cumprido o Plano de Actividades proposto para a 1ª Sessão Legislativa, o presente Relatório tem como objectivo final apresentar uma resenha do trabalho desenvolvido, bem como, as conclusões e recomendações sobre a matéria em causa.

2. Enquadramento Legal

Através do Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de Agosto, foram criados os **Territórios Educativos de Intervenção Prioritária** (TEIP).

Em 2008 o Programa TEIP foi relançado, com a criação dos TEIP de segunda geração, através do Despacho Normativo n.º 55/2008, de 23 de Outubro de 2008 que visa, na sequência do anterior (criado pelo Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20 de Outubro¹), a territorialização de políticas educativas segundo critérios de prioridade e de discriminação positiva em contextos socioeducativos particulares.

Mantêm-se como objectivos centrais: a melhoria da qualidade das aprendizagens traduzida no sucesso educativo; o combate ao abandono escolar e às saídas precoces do sistema; a orientação educativa e a transição qualificada da escola para a vida activa; a coordenação da acção dos parceiros educativos com a escola e as instituições de formação; a disponibilização por parte da escola dos recursos culturais e educativos necessários ao desenvolvimento integrado da educação, da qualificação, do reconhecimento e certificação de competências e ainda da animação cultural.

No âmbito legislativo apontam-se os seguintes diplomas legais acerca da matéria constante do presente Relatório:

- **Despacho n.º 147-B/ME/96, de 1 de Agosto**², que cria os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.
- **Despacho normativo n.º 55/2008, 23 de Outubro**³, que define normas orientadoras para a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária de segunda geração.
- **Despacho n.º 8065/2009, 20 de Março**⁴, que identifica as escolas que se devem considerar escolas prioritárias para efeitos de atribuição de recursos no âmbito dos diversos projectos do Ministério. Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP2).
- **Portaria n.º 365/2009, de 7 de Abril**⁵, que regula o procedimento concursal de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e

¹ http://sitio.dgicd.min-edu.pt/recursos/lists/repositorio%20recursos2/attachments/116/desp_norma_50_2005.pdf

² http://www.observatoriople.gov.pt/np4/np4/?newsId=5&fileName=despacho_147BME_1996.pdf

³ <http://dre.pt/pdf2s/2008/10/206000000/4312843130.pdf>

⁴ <http://dre.pt/pdf2s/2009/03/056000000/1074710748.pdf>

⁵ <http://dre.pt/pdf1s/2009/04/06800/0214002142.pdf>

secundário para os quadros dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas legalmente definidos como prioritários.

- **Decreto-Lei n.º 51/2009, de 27 de Fevereiro**⁶, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006⁷, de 31 de Janeiro que reviu o regime jurídico do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como da educação especial, e que revogou o Decreto-Lei n.º 35/2003⁸, de 27 de Fevereiro.

⁶ <http://dre.pt/pdf1s/2009/02/04100/0136601387.pdf>

⁷ <http://dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20060520>

⁸ <http://dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20030598>

3. Actividade da Relatora:

Todas as actividades constantes do Plano de Actividades, referidas no ponto 1 do presente relatório, foram concluídas com êxito.

Em colaboração com os Senhores Deputados de todos os Grupos Parlamentares pertencentes à Comissão de Educação e Ciência e com os Senhores Deputados que foram eleitos pelos respectivos distritos, e que realizaram as visitas às escolas TEIP, foi possível cumprir com êxito os objectivos a que a Relatora se propôs.

Especialmente no que concerne às visitas as escolas TEIP, foi também importante a colaboração dos membros dos órgãos da Escola e de toda a comunidade educativa.

3.1. Conferência Parlamentar: “Perspectivas e Realidades da Aplicação da Lei da Administração e Gestão Local da Educação: Internacionalização dos TEIP – o caso de França”⁹

A Conferência Parlamentar, realizada no dia 20 de Abril, teve como principal objectivo fazer o enquadramento teórico e legal do Modelo das Escolas TEIP, assim como, comparar com o modelo utilizado em França.

Estiveram presentes os representantes de várias Escolas TEIP e dos vários Municípios.

NOME	ENTIDADE	
Adília Tavares	Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública	
Albino Almeida	CONFAP	
Ana Maria Pereira	Associação Portuguesa Deficientes	
Ana Vasconcelos	Escola Básica Santa Maria dos Olivais	
Anabela Feliciano Pacheco	Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho	
António Manuel Soares Martins Direito	Câmara Municipal de Aveiro	

⁹ Gravação áudio da Conferência Parlamentar:

http://srvvideo3/site/XILEG/1SL/COM/08_CEC/CEC_CONF_20100420_1.mp3

http://srvvideo3/site/XILEG/1SL/COM/08_CEC/CEC_CONF_20100420_2.mp3

http://srvvideo3/site/XILEG/1SL/COM/08_CEC/CEC_CONF_20100420_3.mp3

<http://arnet/layouts/spsredirect.aspx?oldUrl=http%3A%2F%2Farnet%2Fsites%2FXILEG%2FCOM%2F8CEC%2FDocumentosActividadeComissao%2Fparent>

António Tecedeiro Gomes	Agrupamento de Escolas de Alcabideche	Director
Armindo Gomes Cancelinha	Associação Nacional e Professores	
Artur José Carreira Cunha Sequeira	Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública	
Belarmino Guerra	SINDEP/FENEI	
Carla Coelho	PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania	
Carla Nascimento	Associação Portuguesa Deficientes	
Carlos Alberto Chagas	SINDEP/FENEI	
Cesaltina de Jesus de Carvalho Lopes Dunões		
Daniel Augusto de Melo Rosa	SPLIU	
Daniel Ribeiro Belo Castano	Escola EB 2,3 de Vialonga	
Domingos Manuel Magalhães Oliveira	Escola Secundária de Carvalhos	Director
Elisa da Rocha Pinto	Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública	
Fernando Luis Coelho	CONFAP	
Francisca Abreu	Câmara Municipal de Guimarães	Vereadora
Gabriela Fonseca	Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso	Vereadora da Educação
Graça Guerreiro Nunes	Câmara Municipal de Grândola	Vereadora do Pelouro da Educação
Hermínio José Corrêa	CONFAP	
Humberto Santos	Associação Portuguesa Deficientes	
Isabel Saldanha da Gama Martins	Escola Secundária Pedro Nunes	Directora
Isabel Simões Oliveira	Serviços de Inovação Educativa	Directora
Joana Fernandes	Escola Básica Santa Maria dos Olivais	
João Henrique Grancho	Associação Nacional de Professores	
João Paulo Leonardo	Escola Secundaria e Básica Passos Manuel	
Jorge Pinto	Escola Superior de Educação de Setúbal	
José Francisco Santos	Vice-Presidente da ANAFRE	Vice-Presidente
José J. Antunes Fernandes	Gabinete Coordenador da Segurança Escolar	Director-adjunto
José Luís Franco	SPLIU	
Leonel Rocha	Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão	Vereador da Educação e Desporto
Leonor Perdigão	Escola Secundária do Lumiar	
Luís Costa Martins	Escola Secundária Pedro Nunes	Director
Luís Dias	Escola Luis António Verney	Director
Luis Pedro Correia Pesca	Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública	
Manuel Carlos Dias Fernandes	CONFAP	

Manuel Fonseca Monteiro	SPLIU	
Manuel Galego	Câmara Municipal de Cascais	
Marco Gonçalves	Projectos de Segurança Escolar	Chefe Equipa Multidisciplinar Gestão
Marco Magalhães	Câmara Municipal Vila Nova de Famalicão	Departamento de Educação e Desporto
Margarida Cardoso	Câmara Municipal de Paredes	
Maria da Conceição Coelho	Escola Secundária do Lumiar	
Maria de Fátima Caetano Vieira Lopes	Agrupamento de Escolas - EB 2,3 DE Freixianda	Directora
Maria de Fátima Matos	PIEC - Programa para a Inclusão e Cidadania	Coordenadora Nacional
Maria de Lurdes Babo	Agrupamento de Escolas de Paredes	Com. Coordenadora TEIP
Maria do Rosário Rodrigues	Comissão Nac. Protecção das Crianças e Jovens em Risco	
Maria Fátima Gomes Carvalho	Agrupamento de Escolas de Paredes	Adjunta da Direcção -
Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro	Câmara Municipal da Mealhada	Vereadora da Educação
Maria José Rangel	FNE	
Maria Manuela Godinho Lopes	Escola Secundária do Lumiar	
Maria Manuela Meireles de Carvalho	Agrupamento Escolas de Paredes	
Maria Natália Pinto de Carvalho	Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública	
Maria Olinda Vieira Pinto	Agrupamento de Escolas de Paredes	Directora
Maria Teresa Jesus Gomes Marques	Agrupamento de Escolas de Paredes	Com. Coordenadora TEIP
Mariana Inês Andrade Rocha de Horteiga Torres Alves	Agrupamento de Escolas Padre Abílio Mendes	Directora
Mónica Garcez	Sindicatos Artistas	
Natércia Ferreira	PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania	Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Nelson Matias	DGIDC - Coordenador do Programa TEIP 2	
Nuno Carlos Vieira dos Santos		
Nuno Miguel Galdes Silvestre Correia	Agrupamento de Escolas Vale da Amoreira	
Paula Correia	SINDEP/FENEI	
Paula Pita	PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania	Coordenação Regional do Alentejo
Pedro Roque Oliveira,	CGTP	Secretário Geral Adjunto da
Raquel Bizarro	Câmara Municipal de Grândola	
Rosabela Fino	Agrupamento de Escolas do Vale da Amoreira - Moita	
Rui Petrucci	Conselho Nacional das Assoc. Professores de Educação Física	
Sandra Maria Barreiros Neves	Escola EB 2,3 de Vialonga	
Sem indicação nome	CNIPE	

Sem indicação nome	CNIPE	
Sofia Rodrigues	Câmara Municipal de Cascais	
Teresa do Santo Cristo Pereira	Junta de Freguesia de Benfica	
Teresa Gonçalves	Câmara Municipal de Cascais	
Tiago Caeiro	Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	
Vítor Manuel Leal Colaço	Escola Secundária do Lumiar	
Zita Gabriela Vieira da Fonseca de Matos Gomes	Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso	

A Conferência dividiu-se em dois temas:

- *Perspectivas e realidades da aplicação da Lei da Administração e Gestão Local de Educação*, que contou com a intervenção do Senhor Professor Doutor João Formosinho, Director do Departamento de Ciências da Educação da Criança da Universidade do Minho, e a quem agradecemos penhoradamente pelo conhecimento acerca da matéria em causa que nos transmitiu e por ter partilhado connosco o seu entusiasmo e saber acerca de um assunto que é do interesse de todos e de cada um.

O Senhor Professor fez o enquadramento teórico e a evolução da política legislativa do modelo TEIP. Começou por focar a sua intervenção na relação entre a Escola e a Comunidade Local. A contratualização do Serviço Público e da Educação. Os níveis e as áreas de autonomia de Escola: os Contratos de autonomia- têm que ter uma dinâmica – As Escolas foram ouvidas para saber se podem levar a cabo o contrato de autonomia.

A contratualização dos serviços públicos é uma questão política e está na agenda da União Europeia. Na Presidência Portuguesa houve uma Conferência acerca da Autonomia das Escolas e na Presidência Francesa voltou a haver uma Conferência com a mesma temática.

A contratualização leva a uma diminuição do aparelho do Estado. O contrato com a Escola não é um negócio jurídico. O sucesso da Escola para todos não é o mesmo do sucesso da Escola para cada um. A Escola pública tem que se adaptar a cada um. A Escola para todos leva a que o sucesso de todos seja uma preocupação da Escola – A introdução de matérias como o Estudo Acompanhado. A partir do momento em que a Escola é para todos importa os problemas da sociedade. A escola como serviço público também tem que ter cuidado com a alimentação (i.e. retirar pizzas, burgeres, etc das escolas). A questão da participação dos pais começa a tornar-se importante a partir dos anos 80. Na escola tem que haver cada vez mais disciplinas relacionadas com a área da participação cívica. No entanto, importa ter presente que a socialização da criança deve começar em casa.

A escola para a cidadania passa pela Escola.

Nas escolas é fundamental ter uma preocupação multicultural e uma adequada Organização pedagógica e Gestão Curricular. Ter Menos alunos e ter mais Acção social escolar. A Gestão Administrativa e Financeira e a Acção estratégica têm que estar adequadas ás exigências dos tempos modernos.

As queixas formuladas pelos presentes incidiram nos seguintes temas:

- Recursos humanos;
- Gestão Administrativa e financeira e
- Transferência para a Escola da responsabilidade.

A intervenção dos municípios na educação começou em 1974 e deu um outro papel e poder aos municípios. Esse movimento começou pelos municípios do interior. Hoje todos os municípios têm responsabilidades.

Associação Nacional de Cidades Educadoras – Não é o único movimento mas é muito importante para congregar os municípios.

1976-1986: Aos municípios são impostos principalmente encargos financeiros.

A partir de 1996 o município começa a ser reconhecido como parceiro educativo de serviço público. A partir de 2008/2009 as competências a transferir para os municípios. Tem havido uma tendência no sentido de aumentar a autonomia dos municípios.

Seguiu-se um debate com todos os participantes.

- *A Internacionalização dos TEIP – o caso da França*, que contou com a participação da Adida da Cooperação Educativa da Embaixada da França, Madame Fabienne Lallement, que fez o enquadramento teórico do modelo ZEP – dificuldades escolares numa determinada comunidade, que tinha como principal objectivo uma melhor integração social, visto que não podemos continuar a estimular as elites e a abandonar as classes mais desfavorecidas. Explicou que há grandes dificuldades na inserção profissional e social e que esta é uma questão que preocupa todos em França. É um debate que já existe há algum tempo mas que continua actual e a preocupar todos os dirigentes. Numa sociedade democrática há que dar igualdade de oportunidades a todos – este é o tema central do debate no ZEP: democraticidade do ensino e ensino obrigatório para todos. O nível de instrução dos pais e o ambiente social em casa é fundamental. A origem da família é extremamente importante. Foi no 1º Governo de Mitterrand que se falou nestas questões. Toda a

organização da escola e do sistema educativo se baseia na democraticidade do sistema e de todos terem acesso à Educação, à Formação e ao Conhecimento.

Explicou a evolução do modelo até à actualidade e à do Colégio AMBITION REUSSIT. A partir de 2006 o processo passa a estar centrado no aluno. As questões de inserção continuam a ser muito importantes, bem como, o prolongar a escolarização o mais tempo possível. A avaliação das competências dos alunos passam a ser feitas à entrada e à saída. São feitos testes para os alunos não francófonos para saber as competências em língua francesa. Todas as políticas educativas também prevêem a educação sexual.

Fez o enquadramento político e forneceu alguma documentação, que junto se anexa, prosseguindo com um debate entre todos os participantes. Explicou que a Escola é para todos e a Escola é para cada um. A Escola no modelo republicano francês deve sempre funcionar como um elevador social, como um instrumento fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e de inclusão social.

Há que saber fazer e fazer saber.

No encerramento, entrevistaram os Senhores Deputados dos Grupos Parlamentares e a Senhora Deputada Teresa Damásio, enquanto Relatora.

3.2. Visitas às Escolas:

As visitas às escolas TEIP foram efectuadas por Deputados dos vários Grupos Parlamentares. A escolha dos Deputados obedeceu a dois critérios: ser membro da Comissão de Educação e Ciência e ter sido eleito pelo distrito onde se situava a escola visitada.

Desde já se agradece a todos os Deputados a forma empenhada como participaram nas visitas e como recolheram todos os elementos solicitados e necessário para a elaboração dos respectivos relatórios de visita. Na organização e realização das mesmas foram fundamentais os contributos de todos os elementos da Comunidade Educativa.

A escolha das Escolas obedeceu ao critério litoral/interior e meio urbano/meio rural.

Pretendeu-se que os Senhores Deputados, ao realizarem as visitas e ao dialogarem com todos os agentes que participam no respectivo projecto educativo, elaborassem uma ficha diagnóstico para a recolha de todos os depoimentos e restantes elementos para posterior tratamento e análise.

O principal objectivo destas visitas foi proceder a uma análise objectiva da aplicação da Lei e recolher sugestões e recomendações.

Foram visitadas, nos dias 10 e 11 de Maio, as seguintes Escolas, cujos relatórios das visitas se anexam ao presente Relatório:

- Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra – Porto;
- Agrupamento de Escolas do Amial – Porto;
- Agrupamento de Escolas Peso da Régua – Peso da Régua;
- Agrupamento de Escolas da Pedrulha – Coimbra;
- Agrupamento de Escolas de Pardilhó – Estarreja;
- Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova – Castelo Branco;
- Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda – Lisboa;
- Agrupamento de Escolas Luís António Verney – Lisboa;
- Agrupamento de Escolas Pedro de Santarém – Lisboa;
- Agrupamento de Escolas n.º 1 – EBI/JI Santa Maria – Beja;
- Agrupamento de Escolas n.º 1 EB José Régio – Portalegre;
- Agrupamento de Escolas EB 2,3 Dr. João da Rosa – Olhão;
- Agrupamento de Escolas do Alvor EB 2,3 D. João II – Alvor;
- Agrupamento de Escolas Eng. Nuno Mergulhão – Portimão.

Em anexo ao presente relatório vão os Projectos Educativos do Agrupamento de Escolas António Luís Verney, Lisboa, do Agrupamento de Escolas do Alvor e do Agrupamento de Escolas da Pedrulha, que gentilmente nos foram enviados pelos Senhores Directores dos mesmos e que muito agradecemos.

3.3. Audição Pública – “Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”¹⁰:

¹⁰ Gravação áudio da Audição Parlamentar:

http://srvvideo3/site/XILEG/1SL/COM/08_CEC/CEC_AP_20100629_1.mp3

<http://arnet/sites/XILEG/COM/8CEC/DocumentosActividadeComissao/dab67424-b61e-4c76-b624-63165875b3f6.bhtm>

No dia 29 de Junho, realizou-se a Audição Parlamentar sobre as Escolas TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Com esta actividade encerrou-se o Plano de Actividades para esta Sessão Legislativa do Relatório Administração e Gestão Local da Educação.

Foram convidados os representantes de todas as escolas visitadas no âmbito do ponto anterior do presente relatório, bem como, todas as Escolas TEIP existentes em Portugal.

NOME	ENTIDADE
Luis Dias	Agrupamento de Escolas Luís António Verney
Luís Sottomaior Braga	Agrupamento de Escolas de Darque
João Carlos Martins Simões	Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro - Pe Alberto Neto
Maria Manuela Dâmaso dos Santos	Escola Secundária do Monte de Caparica
Maria Cristina Santos	Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz
Hugo Rebelo	Agrupamento de Escolas do Alvor
Paula Cristina Catarino	Escola Aquilino Ribeiro- Oeiras
Teresa Maria Vicente Rodrigues	Escola Aquilino Ribeiro- Oeiras
Rosária Cardoso Alves	Direcção Regional Educação Lisboa
Antonieta Lourenço	DREL- Equipa de Trabalho TEIP
Maria João Ferreira	DREL- Equipa de Trabalho TEIP
Maria Ana Pacheco	DREN
Joana Maria Cunha Rosa Fernandes	Agrupamento de Escolas Piscinas Olivais-Lisboa
Ana Isabel Vasconcelos	EB1/JI de Santa Maria dos Olivais
Maria Teresa Calleya Temudo de Castro.	Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro
Madalena Cordeiro	Agrupamento de Escolas de Vialonga
Dina Isabel Gentil Dias	Escola Secundária da Baixa da Banheira
Inês Castro	Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica

A Audição contou com a presença do Presidente da Comissão de Educação e Ciência, o Deputado Luiz Fagundes, e com a presença da Deputada Margarida Almeida (PSD), do Deputado Miguel Tiago (PCP), do Deputado Paulo Barradas (PS), da Deputada Ana Drago (BE) e da Deputada Teresa Damásio (PS), enquanto promotora do evento e Relatora do presente Relatório.

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos e enunciou os objectivos da audição. A Deputada Margarida Almeida colocou algumas questões para dar início ao debate.

Intervieram os Senhores Professores João Carlos Martins Simões (Agrupamento de Escolas de Rio de Mouro); Luís Sottomayor (Agrupamento de Escolas de Viana do Castelo); Domingas do Carmo (Agrupamento de Escolas de Beja); Inês Castro (Agrupamento de Escolas de Monte da Caparica); Joana Fernandes (Agrupamento de Escolas Piscinas dos Olivais); Teresa Rodrigues (Agrupamento de Escolas de Oeiras); Madalena Cordeiro (Agrupamento de Escolas de Vialonga); Hugo Rebelo (Agrupamento de Escolas do Alvor) e Luís Dias (Agrupamento de Escolas Luís António Verney).

As sugestões que nos foram transmitidas incidiram na necessidade dos Professores terem mais estabilidade e de haver mais efectivos nas Escolas, de haver maior apoio e envolvimento do Estado, de existirem mais Psicólogos Clínicos, o Programa Novas Oportunidades devem ser desmistificados e explicados à população. A autonomia das Escolas TEIP deve ser reforçada. Concordam com a Avaliação externa e entendem que a Escola Segura é uma valência fundamental para a estabilidade do corpo docente e discente. As fontes de financiamento são motivo de enorme preocupação e a maioria considera a municipalização fundamental para a resolução do problema de escassez de recursos financeiros. As parcerias com as Instituições integradas na Comunidade Educativa são muito importantes para o sucesso no Processo de Aprendizagem dos Alunos, bem como, na criação de sinergias com os Professores.

4. Conclusões e Recomendações

O trabalho desenvolvido ao longo desta Sessão Legislativa no âmbito dos TEIP demonstra que o Modelo é adequado aos Valores e Princípios que importa promover através de uma Escola e de um Processo de Aprendizagem que se quer e deseja que esteja ao alcance de todas e de todos.

Este é um dos exemplos de uma política educativa que visa o Princípio da Igualdade de Oportunidades.

O Modelo TEIP visa dotar o sistema escolar de metodologias, de infra-estruturas, equipamentos, TIC e recursos humanos que desenvolvam de forma sustentada uma Escola inclusiva, moderna, solidária e equitativa.

A discussão e o debate que ocorreram durante a Conferência e a Audição Pública, bem como, durante as visitas que se realizaram a várias escolas em diversas regiões do País evidenciam que houve uma evolução notória na forma como todos os membros da comunidade educativa, os agentes locais e os membros do Poder Central e do Poder Local encaram o Modelo em análise. Em termos substantivos é hoje plenamente reconhecido como uma alavanca necessária e muito relevante no cumprimento da norma constitucional que prevê e estatui a Educação como um direito de todas as cidadãs e de todos os cidadãos do nosso país. É, igualmente, consensual que é determinante para o sucesso escolar e para a adequada coesão e integração social.

Importa reter que este é um Modelo que está em aperfeiçoamento. Durante a Conferência, realizada em Abril, tivemos oportunidade, através da intervenção da Madame Fabienne Lallement, Adida da Embaixada de França em Portugal, de tomar boa nota da evolução que o conceito **ZEP** (Zones d'Education Prioritaires), implementado a partir de 1981, teve em França e da atenção que mereceu por parte do poder político, legislativo e da sociedade civil em geral e das comunidades escolares em particular, assim como, do impacto positivo que teve na melhoria dos resultados escolares das populações escolares abrangidas pela Medida.

Estas medidas e estes modelos de discriminação positiva já vêm sendo implementados em vários países ao longo das últimas décadas. Veja-se a título de exemplo os Programas de combate à pobreza implementados nos Estados Unidos da América, nos anos 60 do séc. XX e as EPA

(Educational Priority Areas) em Inglaterra. Ambos os modelos tiveram resultados muito positivos nos respectivos países.

Há um entendimento generalizado de que há a necessidade de mais recursos. Esta conclusão é positiva e apresenta-se como uma mais-valia para os TEIP. Ao identificarem e explicitarem de forma clara e precisa as modificações que pretendem ver introduzidas no Modelo significa que este já faz parte da Escola e que não é entendido como um corpo estranho e como algo com que obrigatoriamente têm que trabalhar. A coesão social e o sucesso escolar são faces da mesma moeda.

Naturalmente que as recomendações que nos foram transmitidas todas elas têm como único objectivo ter mais e melhor Educação. A necessidade de ter mais Auxiliares de Acção Educativa. A premência de ter mais equipamento informático. O alargamento temporal do Projecto TEIP. O reforço do corpo docente – a existência de mais professores dedicados a este projectos é fundamental.

A preocupação demonstrada em todos os momentos da elaboração deste Relatório evidencia que importa continuar a aposta no desenvolvimento sustentado do Modelo TEIP.

Finalmente, queremos agradecer a todas e a todos que contribuíram para a realização deste Relatório. Às nossas Professoras e aos nossos Professores. Às nossas Alunas e aos nossos Alunos. A todas e a todos que trabalham para que tenhamos uma Escola onde se Ensina e Aprende, onde se cresce e se evolui e onde se constrói os alicerces do futuro de Portugal.

Palácio de S.Bento, aos 14 dias do mês de Julho de 2010

A Deputada Relatora

(Teresa Damásio)

5. ANEXOS

Anexo I – Legislação

Anexo II – Programa da conferência e documentos

Anexo III – Projectos Educativos e Relatórios das Visitas

Anexo IV – Declaração de voto do PCP